

Sarney será testemunha de Marcos Magalhães Pinto

Ex-presidente do BRB Olair Leite disse que o Banco Central orientou instituições a esconderem os problemas do mercado

Cláudia Schüffner

• O ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, arrolou como testemunhas de defesa no processo em que ele e outros 31 ex-dirigentes do Nacional são acusados de fraude contra o sistema financeiro — por esconder um prejuízo de R\$ 9,8 bilhões — nomes ilustres da política.

Entre as oito testemunhas, constam o ex-presidente da República José Sarney; o ex-governador de Minas Francelino Pereira; o senador Roberto Campos; e o ex-ministro da Cultura José Aparecido, entre outros. Eles vão de-

por por intermédio de cartas precatórias. Ou seja, serão ouvidos por procuradores dos estados onde moram. Depois, os depoimentos serão escritos e anexados ao processo no Rio.

Declarações de ex-presidente do BRB comprometem BC

Os depoimentos ao juiz Abel Gomes, da 4ª Vara Federal, começaram na segunda-feira. A favor de Marcos depuseram o presidente da AEB, Marcus Vinícius Pratini de Moraes; o udenista Fernando Cícero Velloso; o ex-ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa; e o ex-presidente do Banco Regio-

nal de Brasília (BRB) e ex-funcionário do Nacional, Olair Leite, cujas declarações comprometeram o Banco Central (BC).

Leite disse se lembrar que, durante sua permanência no BRB, o ex-diretor da área de Fiscalização do BC Tupy Caldas costumava instruir “pessoalmente e informalmente” as instituições financeiras a buscar soluções contábeis que não evidenciassem as suas dificuldades. Leite afirmou que todas as instituições financeiras passaram por dificuldades na época do Cruzado. Segundo ele, as dificuldades não podiam ser mostradas nos balanços, por-

que haveria uma “quebradeira geral”. Já o ex-ministro Oscar Dias Corrêa comparou o BC a uma “casa de tolerância”, referindo-se a prostíbulos.

Até o fim da próxima semana todas as testemunhas dos ex-dirigentes do Nacional — denunciados pelo Ministério Público Federal por crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária de instituição financeira — vão depor. A exceção é a ex-nora do presidente Fernando Henrique Cardoso, Ana Lúcia Magalhães Pinto, que foi excluída do processo, já que a procuradora Thaís Graeff, da Procuradoria Regional (segunda ins-

tância do Ministério Público) não recorreu da decisão que considerou Ana Lúcia inocente. A Terceira Turma do TRF julgou um habeas-corpus impetrado pelo advogado Nélio Machado, em que ele afirmava que Ana Lúcia era responsável apenas pelo marketing cultural do Nacional, não tendo contato com a contabilidade.

Ana Lúcia recebeu tratamento diferenciado no inquérito

Já o procurador Rogério Nascimento, um dos responsáveis pela denúncia contra todos os ex-dirigentes do Nacional, não achou o resultado justo:

— Ela era diretora do banco, participava do conselho e era acionista. Não posso admitir que ela não tivesse condições de verificar a situação do banco. Tanto é que ela não foi denunciada por ação, e sim por omissão.

Ana Lúcia sempre teve tratamento diferenciado no inquérito. Durante os depoimentos na PF, ela teve permissão para entrar no prédio pelo setor de passaportes, enquanto a imprensa aguardava na porta principal, por onde passaram os denunciados, inclusive da família Magalhães Pinto. Já na fase de depoimentos à Justiça, ela obteve o habeas-corpus. ■